

do terror só poderia recorrer à ameaça universal — que teria como sub-produto a resistência mais ou menos organizada e constante; ou então à persuasão.

Neste segundo caso, a persuasão deve basear-se na bondade intrínseca do novo regime proposto. Por isso mesmo, a defesa não tem mais como único objetivo

“garantir a integridade do território, a sobrevivência da população, a solidez de um regime, mas deve assegurar a perenidade de uma civilização, a adequação dos modos de vida à evolução industrial e o aperfeiçoamento e a renovação de atitudes mentais seculares — ou, se se quiser, a perenidade da estratificação social de onde emergem esses modos de vida e atitudes mentais, e do regime econômico-político que a sustenta” (p. 41).

É a partir dessas observações sobre a evolução geral da doutrina estratégica que o autor vai elaborar os modelos integrados de estratégia apresentados no final do volume. E é sobre esses modelos, tão ambiciosos quanto sofisticados, que a obra pode ser julgada. Qualquer que seja o valor desses modelos, no entanto, ao retrair a evolução e as tendências da disciplina estratégica, o autor já lançou alguma luz sobre as interações atuais do poder militar com o poder político.

J. A. GUILHON ALBUQUERQUE.

\* \* \*

\*

ARAY (Siwitt). — *Les cent fleurs*. Paris, Flammarion. Coleção “Questions d’histoire”. 1973.

A coleção *Questions d’histoire* publica verdadeiros documentos de utilidade indiscutível para o estudioso das ciências humanas, pois permite tão só uma familiarização com o problema tratado — através da exposição que constitui metade da obra — mas também um trabalho de reinterpretação, quando o mesmo se impõe — baseado na documentação que forma a segunda parte do volume. Não é bem o caso do estudo consagrado à campanha das “Cem Flores” na China. Talvez dadas às dificuldades inerentes ao acesso à informação sobre esse país por especialistas estrangeiros a verdade é que Siwitt Aray dedica menos de 20 das quase 200 páginas do livro a documentos diretos, boa parte dos quais provem de citações ou extratos publicados em jornais chineses de grande circulação.

O que seria, portanto, inaceitável se se tratasse de um estudo histórico e historiográfico sobre o Ocidente, parece tornar-se um hábito no tratamento das questões de história dos países comunistas. O intelectual ocidental habituou-se aos documentos de segunda mão, profundamente interpretados e reinterpreta-

dos por especialistas, cujos critérios de indução e dedução, e cujos hábitos de administração da prova obedecem a razões que somente a razão dos kremlinólogos e sinólogos conhece. Sem dúvida não parece razoável citar inúmeros documentos aparentemente importantes sem reproduzi-los na parte documental, que existe exatamente para isso. De tal maneira que se pode dizer que os documentos citados por Aray desempenham, antes de mais nada, um papel *ilustrativo* da tese que expõe na primeira parte do livro; e que é como *tese* que a obra deve ser tratada.

O estudo é uma (re) interpretação da campanha das “Cem Flores” baseada no *slogan* “Que cem flores desabrochem, que cem escolas rivalizem”, lançado pelo Partido Comunista Chinês em maio de 1956, que precedeu a campanha do “Grande Salto para a Frente” (dezembro de 1957) e foi contemporânea, no mundo comunista, do início da desestalinização e das revoltas na Polónia e na Hungria, esmagadas pela intervenção soviética.

Em volta do período das Cem Flores propriamente dito, o autor considera as relações de poder na China Comunista, as lutas no interior do Partido Comunista Chinês, e a sequência imediata da política das “Cem Flores”, isto é, a repressão que assegura a vitória da linha defendida por Mao Tsé-tung, e que prepara o lançamento do programa do “Grande Salto para a Frente”.

A preocupação central do autor é a de ultrapassar a base “mítica” do estudo das sociedades comunistas. Segundo ele, os regimes comunistas permaneceram por muito tempo isentos de verdadeira crítica histórica, na medida em que eram vistos, pelo Ocidente, como o mito (negativo) do “perigo bolchevista” ou o mito (positivo) da “pátria do socialismo”. O mito é alvo de veneração ou de repúdio, mas não da crítica científica.

Mito não menos importante seria o do próprio Mao Tsé-tung, tido no Ocidente por chefe de uma ala liberal, que teria provocado o debate na sociedade chinesa no momento em que a Europa oriental se debatia em crises internas esmagadas pela intervenção soviética. Para o autor, a política das Cem Flores aparece num momento de tensão no interior do partido, em que a tendência de Mao, justamente da acumulação acelerada, torna-se minoritária. Mao ter-se-ia aproveitado da liberalização do período das Cem Flores para criticar a tendência oposta e obter, assim, uma campanha de repressão na sociedade e de depuração no seio do partido, o que lhe permitiu lançar, em seguida, a fase do Grande Salto, programa de coletivização acelerada.

Talvez a falta de documentos, através dos quais se possa cotejar a interpretação do autor com uma parte dos fatos, diminua em parte o valor do estudo de Aray. Talvez outro obstáculo seja o fato de o autor evitar inserir o fenômeno estudado em um contexto mais amplo no *tempo*. Eis que as políticas “cultrais” do P.C.C. passaram a ser reavaliadas, em seus conjunto, a partir da chamada Revolução Cultural, a mais longa, recente e conhecida das políticas “culturais” orientadas por Mao na sociedade chinesa.

De maneira geral, as Cem Flores, como a Campanha de Educação Socialista, posterior, passaram a ser consideradas como uma espécie de ensaio geral

da “Revolução Cultural”, e reinterpretadas à luz da mesma. Nesta hipótese, as políticas anteriores seriam tentativas abortadas de revolução cultural, abortadas justamente pela poderosa oposição interna encontrada pela facção maiorista no interior do partido.

Por outro lado, o autor parece inclinar-se por uma interpretação monolítica da estratégia da facção maoista, quando o que caracteriza a história recente da sociedade chinesa são justamente as mudanças bruscas de orientação, os saltos e a descontinuidade nas políticas comandadas pelo P.C.C. Fora dessa interpretação monolítica talvez não fosse difícil compreender que a facção maoista, que parece responsável, justamente, por essas reviravoltas e descontinuidades na política chinesa, possa caracterizar-se mais por uma flexibilidade estratégica, que a leva a alternar as fases de liberalização com fases de repressão, aliando-se ora com uma facção, ora com outra, para desembaraçar-se do adversário mais poderoso no momento. A alternância de liberalização e repressão, registrada pelo autor na campanha das Cem Flores, como a que a imprensa ocidental observou na recente Revolução Cultural — e mesmo na campanha mais recente que parece delinear-se hoje na China — não desmentiriam esta hipótese.

J. A. GUIHON ALBUQUERQUE.

\* \*

\*

HORCH (Rosemarie E.). — *Catálogo dos folhetos da Coleção Barbosa Machado*. Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1974 (Anais da Biblioteca Nacional, 92, p. 11-251, 1972).

A Coleção Barbosa Machado veio ter ao Rio de Janeiro em 1808, como parte integrante da Livraria de D. João VI (que foi o fundo inicial da Biblioteca Nacional).

A importância do Abade Diogo Barbosa Machado para a Bibliografia é ressaltada no estudo que Ramiz Galvão, então Diretor da Biblioteca Nacional, publicou em 1876, no volume 1 dos *Anais* e que é reproduzido nas páginas iniciais do Catálogo em questão. Sua obra mais importante foi a *Bibliotheca Lusitana historica, critica, e cronologica*, publicada entre 1741 e 1759. Malgrado suas falhas, naturais diante da precariedade de fontes e de conhecimento técnico, inerentes à própria época em que foi composta, esta bibliografia é considerada, pelos modernos especialistas, como um dos mais importantes trabalhos feitos no gênero, em todos os tempos.

A Biblioteca do Abade Barbosa Machado, reunida em muitos anos de laboriosa seleção, constitui-se de mais de cinco mil livros, cujos assuntos são, principalmente história, religião e literatura.

Ao lado dos livros, figuram folhetos. Estes —